

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELI/EM

Os papéis do Congresso

Nesses últimos dias, em função de duas questões de grande relevância para o país, ficou patente a falta que nos faz um Congresso capaz de servir como foro de diagnóstico de problemas e de formulação de propostas para a agenda nacional. Não foram só esses temas, pois, em vários outros, a mesma falta pôde ser sentida, mas eles são tão proeminentes que a evidenciam com clareza.

Trata-se das discussões sobre a prorrogação da CPMF e sobre a situação energética, em torno das quais girou o noticiário político recente. Em ambas, estamos vendo um debate pobre, travado em termos inadequados e que em nada contribui para o fortalecimento dos instrumentos democráticos.

No caso da CPMF, os embates entre governo e oposição, as alterações súbitas das posições de partidos como o PMDB e as divergências internas entre lideranças e base parlamentar do PSDB, não fazem o sentido que deveriam fazer. Afinal, por que são a favor do atual, o antigo e, ao que parece, o futuro governos? Eles estão todos errados e quem está certa é a Fiesp e outras organizações patronais?

E os deputados e senadores que se opõem à continuidade da CPMF? Estão todos racionalmente convencidos de

que ela é inconveniente ou estão, em sua maior parte, apenas jogando para a platéia? Os adversários da medida têm uma resposta de como funcionaria o governo sem ela?

E o distinto público, tem qualquer idéia do que está sendo, efetivamente, discutido? Tem recebido uma informação adequada sobre a questão, para que possa formar uma opinião qualificada? Alguém está preocupado em fazer com que as pessoas comuns entendam o debate e tenham condições de assumir uma posição?

Algo de muito semelhante está ocorrendo com a discussão sobre a situação energética, que voltou ao primeiro plano das preocupações depois de longo período. Desde o apagão de 2001, apenas especialistas discutiam o assunto, que muito esporadicamente chegava à TV e à grande imprensa.

É verdade que, logo depois das estripulias de Evo Morales, ficou evidente para a população que a luz amarela já estava acesa para os consumidores de gás natural. De repente, porém, a luz ficou vermelha. O que vai acontecer com o gás?

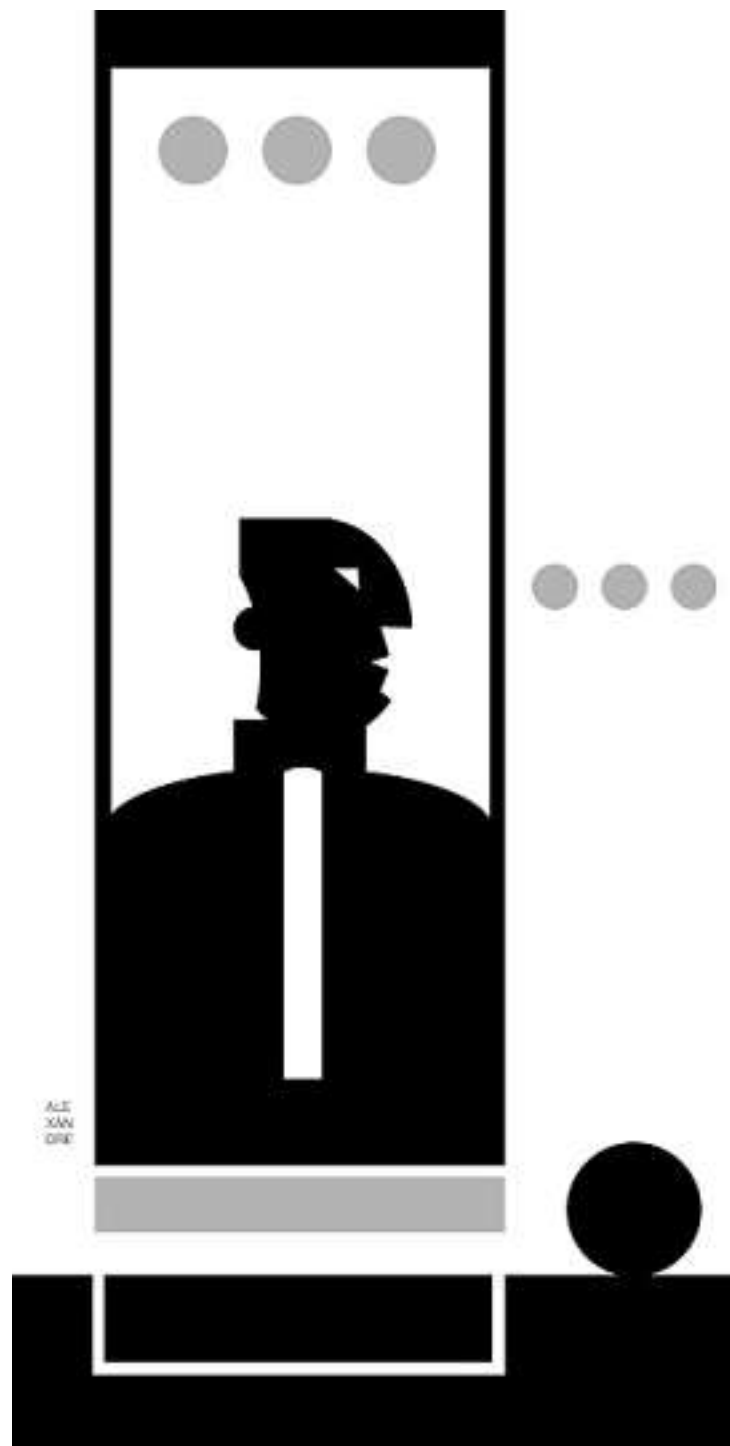
Somando-se a esse assunto, agora que choveu pouco, o risco de apagão elétrico voltou às manchetes, em meio a um debate, que mais parece bate-

boca, entre o presidente e os analistas ouvidos pela imprensa. Quem está com a razão? Lula, que diz que temos energia abundante ou os que mostram que não?

Para ajudar o país a responder a essas perguntas (entre outras), o Congresso poderia contribuir muito. Em suas Casas, todos estamos representados, as correntes de opinião, os grupos de interesse e de pressão, os especialistas de cada partido e os sem-partido, o setor privado, as universidades. Nada existe na sociedade tão equidistante de cada ponto de vista particular que o conjunto do que ocorre dentro delas.

É uma pena que o Congresso tenha deixado que sua função de centro de debate das questões nacionais tenha ficado tão pequena, tão subjugada por coisas que deveriam ser muito menos importantes, como as CPIs, que tanto proliferaram nas últimas legislaturas. Assumir o papel da polícia e do ministério público pode render holofotes, mas muito raramente produz resultados.

Como fazem os congressos em outros países, mecanismos como as audiências públicas, a abertura sistemática da instituição para a discussão dos temas da agenda brasileira, poderiam ser recuperados. Quem sabe assim, todos ficaríamos com condições melhores de entender o que passa em nosso país.



“É uma pena que o Congresso tenha deixado que sua função de centro de debate das questões nacionais tenha ficado tão pequena, tão subjugada por coisas que deveriam ser muito menos importantes”

TRIBUTO

Presidente garante estar confiante em acordo com o PSDB. Tucanos recusaram, terça-feira, proposta do Palácio do Planalto e decidiram votar contra prorrogação do imposto do cheque

Lula acredita no diálogo

JA
JORNAL DA ALTEROSA

A GENTE NÃO TROCA O
BOM JORNALISMO POR NADA.
OS TELESPECTADORES
TAMBÉM NÃO.

45 ANOS
TV ALTEROSA
A TV QUE O MINEIRO VÊ.

A fidelidade dos mineiros com o Jornal da Alterosa é cada vez maior. Em 30 de outubro, mais de 214 mil telespectadores estavam ligados no JA 1ª edição, 17% a mais que a emissora segunda colocada no horário. Mais uma vez, chegamos à liderança com 12 pontos de audiência.

IBOPE Telepop. Mercado Grande B1, Dado domiciliar, Faixa bruta: 12451 às 13125. Data: 30/10/2007.
Número de telespectadores por minuto.

Santiago – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que ainda acredita no diálogo com o PSDB, para garantir a aprovação da CPMF no Senado, onde tramita a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a contribuição até 2011. “Eu ainda acredito nas conversações com o PSDB. Nós temos algum tempo ainda, de forma que eu estou tranquilo com a votação da CPMF”, disse Lula, em Santiago, depois de sessão plenária da conferência dos chefes de Estado na 17ª Cúpula Ibero-Americana, no Chile.

Terça-feira, os tucanos, que vinham negociando concessões do governo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disseram que a proposta oferecida pelo governo era insuficiente e decidiram votar contra o imposto do cheque no Senado. Ela previa isenção de CPMF para trabalhadores assalariados que recebem até R\$ 4.340 mensais. Acima disso, a isenção seria parcial e limitada a R\$ 214 ao ano.

O governo tem pressa em aprovar a proposta porque a cobrança da CPMF termina em 31 de dezembro. Para que a contribuição continue sendo cobrada em 2008, o Congresso tem que aprovar a PEC ainda neste ano. A Câmara dos Deputados já aprovou a prorrogação da contribuição, mas o governo enfrenta resistência no Senado, onde precisa de 49 votos favoráveis, no mínimo, dos 81 senadores que integram a Casa. No Chile, Lula disse que tem maioria para aprovar a CPMF, mas não disse se era na Câmara ou no Senado. Apesar do otimismo em re-

lação à aprovação da CPMF, Lula afirmou que, caso a medida não seja aprovada, encontrará um meio de compensar a perda de R\$ 40 bilhões na arrecadação. Mas à custa de cortes de setores que considera essenciais. “O que não podemos é impossibilitar o país de continuar vivendo esse momento virtuoso e extraordinário”.

PETRÓLEO Lula também falou sobre petróleo. Segundo ele, com a (SP), logo o Brasil irá participar da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). “A descoberta de uma reserva excepcional, de um petróleo de qualidade e de muito gás, coloca o Brasil numa situação altamente privilegiada. Logo, logo, o Brasil vai participar da Opep”, afirmou. O presidente também defendeu a redução no preço do barril. “Os países que têm petróleo precisam ser ressarcidos com um preço justo pelo preço do petróleo. Agora, também não podem os países que vendem petróleo, acharem que podem às custas dos países pobres, sufragar suas economias”.

O presidente brincou com o fato de ter sido chamado de “magnata do petróleo” pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. Ao comentar uma das reuniões da cúpula, o brasileiro disse que ganhou novo apelido. “Cada um pôde mostrar o que está fazendo no seu país, o que está acontecendo no seu país. E eu, obviamente, trabalho com uma certa deferência, porque não é sempre que o Brasil pode ser denominado magnata do petróleo, sheik do petróleo”, disse.